

tratação de empresa especializada na prestação de serviços de recuperação da Vicinal do Ralim

O item foi retirado de pauta por conta da licença requerida pela Conselheira Relatora.

1.4.5. Processo n.º 000098-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Trabalho (MPT)

Requerido(s): Instituto de Metrologia do Estado do Pará (IMETRO-PARÁ)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar suposto assédio moral no âmbito do IMETRO-PARÁ

O item foi retirado de pauta por conta da licença requerida pela Conselheira Relatora.

1.4.6. Processo n.º 000082-150/2014

Requerente(s): Tereza Regina Cordovil Corrêa

Requerido(s): Secretaria Executiva de Educação - SEDUC

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar Relatório de Auditoria Nº 025/2007/AGE o qual relata inúmeras irregularidades no quadro de pessoal da Secretaria

O item foi retirado de pauta por conta da licença requerida pela Conselheira Relatora.

1.4.7. Processo n.º 000063-151/2018

Requerente(s): Marajó Locação e Serviços Ltda

Requerido(s): Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar ausência de pagamento dos contratos de locação firmados com a empresa no ano de 2015

O item foi retirado de pauta por conta da licença requerida pela Conselheira Relatora.

1.4.8. Processo n.º 000039-113/2020

Requerente(s): Sérgio Eduardo Rodrigues Monteiro

Requerido(s): Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação E Urbanismo

Assunto: Apurar a necessidade de poda de árvore "mangueira" na Travessa Manoel Evaristo, n.º 1023, a qual estaria colocando em risco a incolumidade pública

1.4.9. Processo n.º 000460-125/2017

Requerente(s): Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)

Requerido(s): Roma Construtora Ltda

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo

Assunto: Apurar poluição atmosférica provocada por obras de construção do Edifício Angelina Maiorana, da Roma Construtora Ltda, em Belém/PA

O item foi retirado de pauta por conta da licença requerida pela Conselheira Relatora.

1.4.10. Processo n.º 000184-151/2015

Requerente(s): Fábio Manoel Gomes da Silva

Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Providências quanto ao não pagamento da gratificação por desempenho institucional - GDI aos servidores públicos da Unidade Básica de Saúde (UBS PEDREIRA)

O item foi retirado de pauta por conta da licença requerida pela Conselheira Relatora.

1.4.11. Processo n.º 000953-088/2019

Requerente(s): Antônio dos Reis Pereira Pinheiro e Andressa Jorge Machado

Requerido(s): Hailton Curcio Ceribella, Verônica, Adonei Sousa Aguiar

Origem: Promotoria de Justiça de Curionópolis

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na locação de veículos da Empresa New Locações E Serviços Eirelli pelo Município de Curionópolis.

O item foi retirado de pauta por conta da licença requerida pela Conselheira Relatora.

1.5. Processos de Relatoria do Conselheiro FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA:

1.5.1. Processo n.º 000228-151/2018

Requerente(s): Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado pela Sra. Walmira Maria Leite Carvalho, à época presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jarbas Passarinho

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme art. 23, inciso III da Lei n.º 8.429/92 c/c Enunciado n.º 04 do CSMP/PA.

1.5.2. Processo n.º 000225-038/2017

Requerente(s): Francisco Martins de Oliveira

Requerido(s): Altevir Fernandes do Nascimento

Origem: PJ de Nova Timboteua

Assunto: Apurar supostos danos ambientais praticado, em tese, por Altevi Fernandes do Nascimento

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme art. 9º da Lei n.º 7.347/1985 c/c o art. 79 da Resolução do Regimento Interno do Conselho Superior do MPPA e com os artigos 1º e 27 da Resolução n.º 010/2019-CPJ, diante da ausência de fundamentos para propositura de ação civil pública.

1.5.3. Processo n.º 000687-940/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Marabá (SEMED)

Origem: 11º de Marabá

Assunto: Averiguar possível ato de improbidade administrativa, quanto a pagamentos indevidos efetuados pela SEMDE/PMM, relativos ao transporte escolar

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ao Ministério Público Federal, conforme art. 109, inciso I da CF/88 c/c art. 37, inciso I da Lei Complementar n.º 75/93, bem como em atenção à Súmula 208 do STJ.

1.5.4. Processo n.º 000133-151/2019

Requerente(s): João de Deus da Silva

Requerido(s): Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL)

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas irregularidades na realização do Termo de Fomento n.º 01/2019 formalizado entre a SEEL e o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Baixo Amazonas

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme Enunciado n.º 03 do CSMP/PA.

1.5.5. Processo n.º 000759-149/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Ubirajara Magela e Sousa Falcão, Franklin Roosevelt Wanzelel Fayal e José Dilson Melo de Souza Júnior

Origem: PJ de Mocajuba

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado por agente da administração pública, que, supostamente imbuído de motivação vedada em lei, removeu policiais militares inicialmente lotados no Município de Mocajuba para localidades de difícil acesso como forma de punição, sem procedimento disciplinar administrativo ou outro procedimento equivalente

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com respaldo no art. 12, alínea "d" do Decreto Estadual n.º 2.400/1982.

1.5.6. Processo n.º 000074-940/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marabá, Secretaria Municipal de Saúde de Marabá - SMS

Origem: 6ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar reclamação realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Pública do Estado do Pará sobre a mudança de horário de motoristas das ambulâncias da zona rural de Marabá

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, visto que inexistem elementos que configurem irregularidades nos serviços dos motoristas de ambulância na zona rural de Marabá.

1.5.7. Processo n.º 000406-143/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

Origem: 1º Promotor de Justiça de São Miguel do Guamá

Assunto: Apurar supostas irregularidades na prestação de contas do SAAE de São Miguel do Guamá, referente ao exercício financeiro de 2007, as quais foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas dos Municípios

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do E. Conselho Superior do MPPA.

Itens 1.5.1 a 1.5.7 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader

Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Francisco Barbosa de Oliveira (relator) e Nelson Pereira Medrado.

1.6. Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO:

1.6.1. Processo n.º 000865-116/2013 – Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves impedido de votar

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Banco do Estado do Pará (BANPARÁ)

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas irregularidades em procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2011, realizado pelo BANPARÁ

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do E. Conselho Superior do MPPA.

Item 1.6.1 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Francisco Barbosa de Oliveira e Nelson Pereira Medrado (relator). Registrou-se o impedimento em votar do Exmo. Conselheiro Marcos Antônio Ferreira das Neves, conforme disposto no art. 37, § 5º do Regimento Interno do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

Publique-se nos termos do art. 18 do Regimento Interno do CSMP.

Belém, 05 de novembro de 2021

WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MPPA